

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 93.115 - SP (2017/0329183-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : E P (PRESO)
ADVOGADO : EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI - SP127964
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE. Recurso em *habeas corpus* prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **E P** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (HC n. 2152169-45.2017.8.26.0000):

Habeas corpus. Ausência de motivação inexistente - Fundamentação que considerou o fato concreto, não situação abstrata. Crime grave (concretamente considerado) que justifica a prisão processual. A periculosidade é causa para a decretação da custódia provisória. *Writ* denegado.

Sob a alegação de ausência de fundamentação idônea para a decretação da medida cautelar, requer-se a revogação da prisão preventiva, para que o recorrente aguarde o julgamento da ação penal em liberdade.

É o relatório.

Sucede que o pedido está prejudicado.

Há notícia obtida no portal eletrônico do Tribunal local de que, em 22/1/2019, sobreveio o julgamento da ação penal (Autos n. 0001933-87.2016.8.26.0247), ocasião em que o ora recorrente foi condenado e a sua prisão cautelar mantida para a garantia da ordem pública, sobretudo diante dos diversos fatos ilícitos imputados ao réu, sendo ele indicado pela acusação como o líder da organização criminosa (fls. 1.211/1.238).

Ora, como a sentença condenatória constitui novo título judicial a

motivar a custódia cautelar, prosseguir na análise deste feito implicaria inadmissível supressão de instância. Afinal, o novo decreto não foi ainda submetido à análise do Tribunal de origem.

Do Superior Tribunal, confira-se este julgado:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. EXAME DO MÉRITO. PARCIAL PREJUÍZO. SÚMULA N. 691 DO STF. SUPERAÇÃO. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Havendo sido prolatada sentença condenatória em desfavor de um dos pacientes, ainda que lhe tenha sido vedado o direito de apelar em liberdade, é de se julgar prejudicado o exame do *habeas corpus* quanto à higidez dos fundamentos invocados originariamente pelo Juízo de primeiro grau para imposição de sua custódia preventiva, para não incorrer em supressão de instância.

[...]

(HC n. 423.213/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 4/6/2018)

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso em *habeas corpus*, por perda superveniente do objeto (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator